

HOTEL BRAGANÇA: A MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA PRESENTE

Vladimir Lacerda Santafé

Professor interino da UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso),
Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ E-mail:
vladimirsantafe@gmail.com

Resumo: Neste artigo, tomamos de “empréstimo” as experiências dos moradores do Hotel Bragança, ocupação situada na Lapa, Rio de Janeiro, que passou por um processo de remoção. O artigo dialoga com as memórias dos moradores, ou seja, a partir de suas impressões subjetivas do processo, estabelecendo um vínculo entre a memória viva dos ocupantes e um tipo de resistência que se dá quando essa memória é “preservada” ou disseminada nos meios audiovisuais e afins. Em seu *intermezzo*, confrontamos dois tipos de ciências que correspondem, respectivamente, aos modelos arquiteturais que moldam as cidades, suas linhas de fuga e as apreensões que o poder faz deles, afim de melhor fundamentar os pensamentos que tratam dos cortiços, das ocupações, dos labirintos das favelas, mas também dos grandes planos geométricos de urbanização e dos espaços higienizados das metrópoles em disputa.

Abstract: In this article, we had to "borrow" the experiences of residents of the Hotel Bragança, occupation located in Lapa, Rio de Janeiro, which has undergone a process of removal. The paper discusses the memories of residents, that is, from their subjective impressions of the process, establishing a link between the living memory of the occupants and a kind of resistance that occurs when the memory is "preserved" or disseminated in the audiovisual media and the like. In his *intermezzo*, we confront two

kinds of sciences that correspond respectively to the architectural models that shape the cities, their lines of flight and seizures that might makes them, in order to better substantiate the thoughts that deal with the tenements, of occupations, labyrinths of slums, but also of large geometric planes of urbanization and sanitized spaces of cities in dispute.

Palavras-chave: memória, resistência, cidade.

A cidade *pulsa*

No presente artigo, a fim de não separar a teoria da prática, pretendemos seguir os “passos” dos moradores que tiveram seu passado violentamente apagado e seu futuro “roubado”¹. A nossa análise refere-se à memória e suas relações com a história, a resistência e a vida dos moradores que tiveram o seu destino selado pelo rearranjo urbano da cidade e a voracidade do mercado imobiliário – que pretende instalar no local prédios novos ou reformados para novos moradores que possam pagar por eles. Assumimos, no entanto, a nossa postura ético-política, o que se faz inevitável, dado que a objetividade científica, segundo a nossa visão, é mais um *estratagema do poder*. Um saber cujo fim não está separado dos poderes que o sustenta. A objetividade científica nunca foi imparcial ou inocente. É o próprio Foucault quem analise e traça, genealogicamente, a dinâmica dos saberes, suas relações com o poder e sua tendência homogeneizante e, no caso das populações, higienista e racista, dado que o *biopoder* analisado por ele pressupõe a organização dos espaços segundo as populações e suas características biológicas, decidindo *por elas* o direito de vida e de morte².

O “Bota Abaixo”, orquestrado pelo então prefeito Pereira Passos e o sanitarista Osvaldo Cruz no início do séc. XX na região central do Rio de Janeiro, apesar das particularidades que caracterizam o contexto histórico em que estava inserido, tem o mesmo tom do processo de remoções que vemos no Rio de Janeiro neste início do séc. XXI. O processo promovido pelos poderes da época, tal qual o processo atual, destruiu e/ou desalojou centenas de pessoas de seus cortiços e casarões, levando-as a se instalarem nos morros da região central da cidade ou na periferia. Também na época havia uma “avalanche” de investimentos da iniciativa

¹ Nos referimos aos moradores que foram removidos do antigo Hotel Bragança, situado na Lapa, por meio de uma “negociação” com a Prefeitura do Rio de Janeiro. A remoção ocorreu no final de 2009. No site da revista *Vírus Planetário* é possível acompanhar melhor o processo. Disponível em: <<http://virusplanetario.wordpress.com/?s=hotel+bragan%C3%A7a>>. Acessado em: 18/08/2012.

² FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

pública e privada em obras de revitalização³ e urbanização dos territórios, no entanto, nada se compara às cifras investidas nos megaeventos, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, sediados no Rio de Janeiro. O número de comunidades e famílias removidas em nome desses eventos também é incomparável, o rearranjo do espaço urbano promovido pela valorização dos bairros e regiões a partir do modelo neoliberal implementado pelos governos, com a especulação imobiliária e o turismo como motores econômicos⁴, atinge limites históricos inigualáveis⁵. Os projetos urbanísticos da cidade não levam em consideração que essas famílias em sua maioria compostas de camelôs e empregados de serviços pouco valorizados no mercado de trabalho como faxineiros, porteiros, etc., também produzem e participam das dinâmicas sociais urbanas, assim como da produção de suas riquezas. Eles não estão excluídos do processo produtivo, mas integrados em seus circuitos econômicos, o capitalismo os exclui da partilha das riquezas, mas não de sua produção.

Mesmo quando tratamos de contextos diferentes, o “Bota Abaixo” do início do séc. XX ou o “Choque de Ordem” atual, analogias são sempre possíveis, e estrategicamente necessárias. De um lado, interesses financeiros e um projeto de cidade que exclui os mais pobres, do outro, pessoas retiradas de suas casas, lançadas à periferia, cujas memórias roubadas reinvestem sua força na resistência e no “excedente de expressão comum da vida nos espaços metropolitanos”⁶.

As diferenças de classe e a programação genérica na divisão do trabalho na metrópole já não se fazem mais entre nações, mas entre centro e periferia. Sassen vai olhar para os arranha-céus e deles extrair lições implacáveis. Em cima está quem comanda e embaixo quem obedece. No

³ O termo revitalização é questionado pelos movimentos sociais confrontados pela urbanização promovida pelos governos que modificam a paisagem urbana da cidade, como se os lugares atingidos pelas obras não fossem vitais, isto é, não participassem das dinâmicas sociais da cidade.

⁴ Só a reforma do Maracanã custou aos cofres públicos, principalmente, com participação minoritária da iniciativa privada, R\$ 931.885.382,19. A Prefeitura do Rio de Janeiro não divulgou os dados precisos do orçamento, pois o próprio prefeito Eduardo Paes declarou que “não seria irresponsável” por divulgar o orçamento para os megaeventos, mas estima-se que seja algo em torno de 28 bilhões. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/olimpiadas/conteudo.phtml?id=1286467&tit=Rio-nao-sera-irresponsavel-ao-divulgar-custo-para-Jogos-diz-prefeito>>. Acessado em: 18 ago. 2012.

⁵ Disponível em: <<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 18 ago. 2012.

⁶ NEGRI, A. Dispositivo Metr pole: a multidão e a metr pole. Rio de Janeiro: Lugar Comum, n. 25-26, 2005, p. 203.

isolamento daqueles que estão mais no alto está a ligação com o mundo, enquanto que na comunicação daqueles que estão mais embaixo estão os pontos móveis, os estilos de vida e renovadas funções da recomposição metropolitana. (NEGRI, A. *Dispositivo Metrôpole: a multidão e a metrôpole*, 1997, p. 203).

Tendo como base de ação e justificativa a contenção de doenças e a abertura da cidade às novíssimas construções importadas da Europa, o projeto urbanístico que se queria universal, pois que organizado segundo os princípios da *razão iluminista*, acabou deixando suas marcas “sangrentas” nas particularidades pulsantes da cidade. Ou seja, o progresso, seja ele econômico ou cultural, alimentado pela racionalidade mais bem resolvida, o combate às grandes epidemias de febre amarela, varíola e peste bubônica, teve como consequência uma violenta crise social – a Revolta da Vacina⁷.

Tiros, gritaria, engarrafamento de trânsito, comércio fechado, transporte público assaltado e queimado, lampiões quebrados à pedradas, destruição de fachadas dos edifícios públicos e privados, árvores derrubadas: o povo do Rio de Janeiro se revolta contra o projeto de vacinação obrigatório proposto pelo sanitaria Oswaldo Cruz (*Gazeta de Notícias*, 14 de novembro de 1904).

Pode-se argumentar que a objetividade científica empregada foi mal administrada pelas autoridades, que a necessidade de expansão da cidade, ligada à abertura das grandes avenidas e à construção dos prédios públicos, assim como o combate às doenças que dizimavam a população, não levou em consideração a população que, por direito, deveria usufruir dessas conquistas. No entanto, esta não foi a única, *e nem a última*, vez que a racionalidade científica foi usada contra os segmentos menos favorecidos da sociedade. Há uma lógica por trás do discurso. Percebemos que no decorrer da história a defesa do progresso e da racionalidade que o pressupõe geralmente serviu às classes dominantes, por classes dominantes entendemos quem está efetivamente no poder e participa de suas relações de força,

⁷ Hoje podemos observar que essas revoltas continuam, mas de forma dispersa e fragmentada, apesar das tentativas de organização dessas resistências como o Comitê Popular da Copa, dentre outros. Disponível em: <<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 18 ago. 2012.

e que a objetividade a que se pretende, a universalidade que almeja, serviu de suporte à sua vontade de domínio. Um poder tão bem dissimulado quanto a igualdade proclamada pelas elites liberais que organizaram o “Bota Abaixo” e hoje organizam o “Choque de Ordem”. No início do séc. XX vivíamos sob a “tutela” dos grandes regimes disciplinares, rígidos em sua medida do tempo e dos espaços, organizados a partir das instituições que alicerçavam a estrutura político-econômica da sociedade (a escola, a fábrica, o exército, o hospital, etc.). Hoje, no entanto, é a flexibilidade do tempo e dos espaços que ocupa o lugar do “centro de comando”:

A flexibilidade pode e deve, assim, ser apreendida como espaço e dinâmica de reorganização do comando, mas também como produto e eixo de avanço das lutas sociais. Por um lado, a flexibilidade é um produto das lutas, da fuga da fábrica, da potência livre das forças universalizadoras dos espaços públicos que perpassaram o fordismo e sua crise. Por outro, ela é recuperada na lógica do comando pelos mecanismos da fragmentação e das segregações, isto é, pela desuniversalização dos bens públicos que a classe produziu apesar e além do corporativismo fordista. (COCCO, Giuseppe. *A cidade policêntrica e o trabalho da multidão*, 1999, p. 13).

Não devemos, no entanto, negar a racionalidade em si como algo que deve ser evitado e combatido, as lutas por liberdade também tem suas *razões*. Antes é preciso entender os regimes de poder que agem no interior dos discursos de verdade e na formação das regras enunciativas que formam as certezas científicas. Ou então, demarcar as diferenças entre as ciências *régia* e *nômade*, diferenças essas relacionadas aos seus limites sociopolíticos: o Estado e as *máquinas de guerra*. O primeiro um conjunto de estratos formados a partir de um centro de ressonância, um poder centralizado que modela os homens assujeitando-os, estabelecendo padrões e controles; o segundo, um campo múltiplo de disseminações *rizomáticas*, isto é, abertas e flexíveis, ascentradas, onde os homens se deslocam segundo o traçado de uma linha de fuga criadora que se abre para novas conexões e reapropriações da cidade – uma *máquina de guerra*, conceito elaborado segundo a relação das forças sócio-econômicas, políticas e culturais que confrontaram e confrontam o Estado e seus dispositivos de poder no decorrer da

história, ainda que o aparelho estatal, com a mudança do regime de produção capitalista, a passagem do sistema fordista de organização para o *pós-fordismo*, caracterizado justamente pela flexibilização e mobilidade das relações de trabalho, muitas vezes se reconheça nesse traçado, rearticulando as suas tecnologias de captura de forma desterritorializada e nomádica. A sua relação com a produção, no entanto, passa pela expropriação do comum produzido pela *multidão*, reinserindo a exploração do trabalho em outros moldes, não mais definidos pela mais-valia que media a produtividade segundo as horas trabalhadas, hoje a mais-valia que “sustenta” o capitalismo é absoluta e o trabalho é, hegemonicamente, imaterial, produz-se relações sociais, comunicacionais, intelectuais e afetivas⁸.

Das ciências régia e nômade

Há um ramo da ciência que não se enquadra naquilo que a história define como ciência régia ou clássica, um ramo de difícil classificação, cujos traços, segundo Michel Serres⁹, podem ser encontrados tanto na física atômica de Demócrito a Lucrécio, quanto na geometria de Arquimedes. Esta ciência teria algumas características que a diferenciam da ciência régia, seu modelo seria hidráulico ao invés de ser uma teoria dos sólidos, que considera os fluxos um caso particular. Nesse modelo, os fluxos constituiriam a realidade mesma das coisas e sua consistência. É um modelo de *devenir*, de heterogeneidade, que se opõe ao estável, ao identitário, ao constante. Tornar o devir um modelo constitui um paradoxo. No “Timeu”, Platão evoca esta possibilidade, mas para conjurá-la e excluí-la em seguida.

Ora, no atomismo, ao contrário, a famosa declinação do átomo proporciona um tal modelo de heterogeneidade, e de passagem ou de devir pelo heterogêneo. (...) O clinâmen é o ângulo mínimo pelo qual o átomo se afasta da reta. É uma passagem ao limite, uma exaustão, um modelo “exaustivo” paradoxal. (DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol.5)*, 1997, p. 25).

Para esta ciência, o modelo espacial é turbilhonar, “um espaço aberto onde as coisas-fluxo se distribuem”¹⁰, ao invés do espaço fechado ocupado pelas “coisas

⁸ A análise dessas transformações no mundo do trabalho e na organização das resistências encontra-se, principalmente, em NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. **Império**, Rio de Janeiro: 2006. Sustentamos, juntamente com os autores, que o conceito de máquinas de guerra encontra a sua definição atual no conceito de multidão.

⁹ SERRES, Michel. **La naissance de la physique dans le texte de Lucrèce**. Apud DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5)**. Rio de Janeiro: 1997, pg. 24

¹⁰ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia (Vol.5)**. Rio de Janeiro: 1997, p. 25.

sólidas e lineares”. É a diferença que existe entre um *espaço liso* (vetorial, projetivo ou topológico) e um *espaço estriado* (métrico e medido). No primeiro caso os elementos ocupam o espaço sem medi-lo, no outro mede-se o espaço para depois ocupá-lo. “Da *turba* ao *turbo*: ou seja, dos bandos ou maltas de átomos às grandes organizações turbilhonares”¹¹.

Seu modelo é problemático e não mais teoremático. Parte-se do problema para os acidentes nele contidos, esses acidentes o constituem, o condicionam e o resolvem. Já não se parte de uma essência estável para as propriedades que lhe pertencem através de deduções que solucionariam os problemas ou do gênero para as espécies através de diferenciações específicas, não há um centro que coordena as ações. No modelo *nômade*, as figuras são consideradas segundo suas *afecções*. Do problema proposto à solução de situação, uma solução temporária, que funciona sob certas condições e de acordo com as especificidades do problema.

Há aí toda uma sorte de deformações, transmutações, passagens ao limite, operações onde cada figura designa um “acontecimento” muito mais que uma essência: o quadrado já não existe independente de uma quadratura, o cubo de uma cubatura, a reta de uma retificação. (DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia* (Vol. 5), 1997, p. 26).

Enquanto a ciência teoremática é da ordem das razões, dos espaços homogêneos e indiferenciados, a ciência problemática ou *menor* é da ordem dos afectos e está diretamente relacionada às metamorfoses da ciência, à sua inventividade. Nela o problema não é um obstáculo, mas uma ultrapassagem, uma projeção, uma *máquina de guerra*. É por isso que a ciência régia sempre limitou o “elemento-problema”, sempre procurou escapar ou amenizar a inquietação que ele provoca, organizando a problemática nos limites de um modelo teoremático, que tem por base ora a gravidade de uma essência estável, ora a segurança proporcionada pela estrutura de um gênero. “Arquimedes, vencido pelo Estado romano, torna-se um símbolo”¹².

¹¹ *Ibidem*, p. 25.

¹² *Ibidem*, p. 26.

Esta ciência *arquimediana* está diretamente associada às *máquinas de guerra*. A *problemata*, aquilo que move e desdobra as matérias contidas no interior da *ciência menor*, é o *fora* que mobiliza as forças de criação. E todas as projeções, as inclinações, as passagens ao limite são efeitos dessa *problemata*. É que esta *ciência menor* se projeta num saber abstrato formalmente diferente daquele que duplica os aparelhos estatais. O Estado, por sua vez, não para de arregimentar e impor sua soberania a esta ciência nômade, ora apropriando-se dela, restringindo sua inventividade, ora tornando-a ilegal.

A tensão-limite entre as duas concepções de ciência, a *nômade* e a *régia* pode ser observada em diferentes momentos da história. Segundo estudos de Anne Querrien¹³, no decorrer do século XII, com a construção das catedrais góticas, houve uma tensão desse tipo entre os arquitetos influenciados pela arquitetura romana, que tinham como princípio a concepção estática *forma-matéria*, e os arquitetos de origem germânica, povos nórdicos recém-estabelecidos na civilização, que viviam sob a sombra da eficiência e estética presentes na arquitetura romana. Esses arquitetos romperam com a concepção arquitetônica *forma-matéria*, criando sua própria concepção de arquitetura, baseada na relação *material-forças*. Fora o desejo de construir catedrais mais longas e mais altas que as românicas, havia uma inadequação da ciência parcialmente *régia* da arquitetura românica com aquilo que a estética gótica necessitava. É evidente que a utilização das cifras e equações da ciência teomática foi necessária, porém, segundo a lenda¹⁴, Bernardo de Claraval, pioneiro da arte gótica, renuncia a esta ciência por achá-la “difícil demais”. Ele invoca a especificidade de uma geometria operatória, *arquimediana*, projetiva e descritiva, para pensar a pedra. Seria preciso que o traço produzisse a cifra e não o contrário; já não se representa, se engendra e se percorre. As cifras já não são uma “boa forma” de se organizar a matéria, elas são geradas

¹³ QUERRIEN, Anne. Devenir Fonctionnaire ou lê travail de l'État. Apud DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia (Vol.5). Rio de Janeiro: 1997 p. 29.

¹⁴ VERGEZ, Raoul. Les illuminés de l'art royal. Apud DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Ibidem, p. 29.

pelo material, pela metamorfose que envolve o processo de construção do objeto - o gótico conquista o seu espaço liso.

É o talhe que fará da pedra um material capaz de captar e compor as forças de empuxo, e de construir abóbadas cada vez mais altas e mais longas. A abóbada já não é uma forma, porém uma linha de variação contínua das pedras. (DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5)*, 1997, p. 29).

A *ciência nômade* não tem com o trabalho a mesma relação que a *ciência régia*, na *ciência nômade* a divisão do trabalho se dá de outra forma. O Estado sempre sedentarizou a força de trabalho, sempre regrou o movimento do fluxo de trabalho, criou corporações no sentido de um organismo, com uma hierarquia funcional e metas de produção, e de resto, recorreu a uma mão-de-obra forçada, obtida a partir da população mais pobre das cidades. Esta sempre foi uma das principais funções do Estado, vencer, ao mesmo tempo, uma vagabundagem de bando e um nomadismo de corpo, assim como a introdução do binômio trabalho-intelectual-trabalho-manual, a divisão entre o prático e o teórico, copiada da relação entre governantes e governados.

O Estado não confere um poder aos intelectuais ou aos conceptores; ao contrário, converte-os num órgão estreitamente dependente, cuja autonomia é ilusória, mas suficiente, contudo, para retirar toda potência àqueles que não fazem mais do que reproduzir ou executar. (DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5)*, 1997, p. 35).

Tanto nas *ciências nômades* como nas *ciências régias* há a existência de um plano, esse plano, no entanto, se diferencia pela sua natureza. Ao plano de composição e consistência da *nômade* se opõe um plano de organização e formação da *régia*. E se o Estado é obrigado a reprimir as *ciências nômades* (a geometria operatória do traço, as essências vagas, etc.), não é pela imprecisão ou inexatidão de seus conteúdos, nem pela sua utilização nos círculos mágicos ou iniciáticos, mas porque elas implicam numa nova divisão do trabalho. A maneira pela qual uma ciência ou uma concepção de ciência participa de um campo social

não está dissociada da própria Ciência. A *ciência régia* é inseparável de um modelo hilemórfico, que implica numa forma ou modelo que organiza a matéria e numa matéria preparada para a forma. Esse modelo deriva menos de um conjunto de técnicas ou de concepções filosóficas do que de uma sociedade dividida entre governantes e governados, intelectuais e manuais. Toda a matéria é colocada ao lado do conteúdo, enquanto toda a forma é colocada ao lado da expressão.

Na *ciência nômade*, ao contrário, o conteúdo e a expressão têm sua própria forma e matéria, não há uma matéria preparada, homogeneizada, para o conteúdo, como não há uma expressão formal, universal, um modelo aplicável a toda e qualquer situação, independente da *problemata* que ele envolve. As singularidades que emanam da matéria constituem a forma do conteúdo, ao passo que a expressão não é formal, ela depende dos traços e contornos produzidos pelos acontecimentos, traços pertinentes, que constituem as matérias da expressão. Pode-se pensar as diferenças entre os dois esquemas a partir dos aspectos mais gerais da arte nômade, onde a relação entre o suporte e o ornamento é sempre dinâmica, sempre excede a forma orgânica que a compõe, transbordando os seus limites. As *ciências nômades* seguem as conexões formadas pelas singularidades da matéria e os traços de expressão, estabelecendo-se no nível dessas conexões, “é uma outra organização do trabalho e do campo social através do trabalho”¹⁵.

No “Timeu”, Platão observa que o devir não seria apenas um “caráter inevitável” das cópias, mas um modelo que se contrapõe ao modelo ideal que as reproduz. Platão invoca esse modelo para logo em seguida excluí-lo, caso ele se confirmasse, a relação modelo-reprodução, a *mimesis*, base da *teoria das ideias*, teria que ser excluída. A esse modelo de devir Platão denominou *Díspar*. O *Cômpar*, por sua vez, seria o modelo adotado pela *ciência régia*, e sua principal característica seria a de pôr constantes em evidência. O *Díspar* se remete ao par material-forças, suas constantes estariam em estado de variação contínua,

¹⁵ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol.5)*. Rio de Janeiro: 1997, p. 36.

operando individualizações por *hecceidades*, acontecimentos singulares, e não mais por objetos compostos de matéria e forma; já não subsiste, no modelo do *Díspar*, uma forma invariável que determina a relação entre as variáveis.

Se há ainda equações são adequações, inequações, equações diferenciais irreduzíveis à forma algébrica, e inseparáveis por sua vez de uma intuição sensível da variação. Captam ou determinam singularidades da matéria em vez de constituir uma forma geral. (DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix.

Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5), 1997, p. 35).

A lei do *Cômpar* se opõe ao nomos do *Díspar*. O espaço homogêneo do *Cômpar* é um espaço estriado, ele não nega a dinâmica das forças, essas, no entanto, são sempre limitadas pela forma invariável que as determina. As forças gravitacionais são um exemplo, é um espaço estriado pela queda dos corpos, pelas verticais de gravidade, todas as operações têm como referência essa constante e a cada vez que a ciência cria um novo campo o formaliza segundo as leis que regem o campo gravitacional. O nomos do *Díspar* não nega a gravidade, mas dela não depende incondicionalmente, a gravidade seria apenas uma ponta do fenômeno. O espaço do *Díspar* é aquele do menor desvio, só há homogeneidade entre dois pontos infinitamente próximos e a conexão entre os pontos se faz independentemente do campo gravitacional. É um *espaço liso*, heterogêneo, que contém multiplicidades que ocupam o espaço sem medi-lo, de forma ascentrada, *rizomática*. Segue-se o movimento, e não a reprodução de suas coordenadas a partir de um espaço homogêneo e estriado. “Talvez seja preciso dizer que todo progresso se faz por e no espaço estriado, mas é no espaço liso que se produz o devir”¹⁶. Ao *gravitas* do *Cômpar* opõe-se o *celeritas* do *Díspar*, o caráter que impregna os dois tipos de ciência, velocidade e lentidão, lento e rápido, não é apenas uma oposição quantitativa, entre o *celeritas* e o *gravitas* há uma oposição

¹⁶ *Ibidem*, p. 195

qualitativa e científica, na medida em que a velocidade não é um movimento relativo, mas absoluto, e se encarna num móbil que se desvia de sua linha de gravidade ou de queda, num movimento que se desvia do centro e assume um andamento turbilhonar, ocupando um *espaço liso*, traçando as linhas que o percorrem - *suas linhas de fuga*.

Nesse sentido, a oposição qualitativa gravidade-celeridade, pesado-leve, lento-rápido, desempenha não o papel de uma determinação científica quantificável, mas de uma condição coextensiva à ciência, e que regula a um só tempo a separação e a mistura dos dois modelos, sua eventual penetração, a dominação de um ou do outro, sua alternativa. (DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5)*, 1997, p. 35).

Por contestarem a ordem das razões imposta pela soberania dos Estados, as *ciências nômades* não são mais impregnadas de procedimentos irracionais ou místicos do que as *régias*. Quando o esoterismo se apropria dessas ciências é porque elas caíram em desuso. Ademais, as *ciências régias* também são cercadas de sacerdócio e magia. O seu uso pelos católicos durante a Idade Média e nos dias atuais é notório. A principal diferença entre os dois pólos é que as *ciências nômades* não estão preocupadas ou destinadas a tomar o poder. Elas não possuem meios para isso, não podem se fixar numa estrutura de poder que implique a perda do movimento, pois subordinam todas as suas ferramentas às condições sensíveis da intuição e da construção. Elas tendem a criar mais problemas do que podem resolver, o *problemático* é o seu único modo, um modo ambulante, que tem como principal meta o percorrer: “seguir o fluxo de matéria, traçar e conectar o espaço liso”¹⁷. Sua realidade está tomada numa zona instável de indiscernibilidade e flutuação.

Na *ciência régia* as condições sensíveis da intuição são abstraídas das operações do pensamento e convertidas em verdadeiros conceitos intrínsecos, em categorias *a priori*. A sua desterritorialização se dá como reterritorialização no aparelho dos conceitos, na ereção de modelos estáveis que contêm de antemão o

¹⁷ *Ibidem*, p. 41.

traçado do percurso dos fenômenos. Parte desse modelo, é verdade, foi criado segundo o desejo e a exigência de proporcionar um controle necessário aos seus cálculos de segurança. Nas ciências ambulantes não se tem, efetivamente, um controle teórico sobre as suas construções, as catedrais de Orléans e de Beauvais desmoronaram no final do séc. XII. Geralmente elas se instalam num a-mais que transborda o espaço da reprodução dos modelos funcionais de aplicação, compensando sua imprevisibilidade com a operação enérgica de seus construtores. “Donde a necessidade de atrelar os espaços ambulantes a um espaço homogêneo, sem o qual as leis da física dependeriam de pontos particulares do espaço”¹⁸.

O mar, *espaço liso* por excelência, tal qual o deserto e a interseção de suas miragens, é um problema que concerne à *ciência nômade*. No mar coloca-se a tarefa imediata de ocupar um espaço aberto, cujas dimensões são móveis e incertas, a partir de um movimento turbilhonar, onde seus efeitos podem emergir de qualquer ponto de sua superfície. O submarino nuclear e as caravelas construídas no final do séc. XV são um exemplo, é uma ocupação que se dá através de um ritmo não mensurado, à maneira de um fluido ocupando um recipiente.

No campo de interação entre as duas ciências, a *ciência nômade* sempre se contentou em inventar problemas, problemas esses que são normalmente resolvidos e moldados segundo os padrões estabelecidos pela *ciência régia*, que os reterritorializa em seu aparelho teoremático e em sua organização de trabalho. Nessa interação há uma conversão das multiplicidades escavadas pela ciência nômade a um conjunto de coordenadas que se distribuem num espaço homogêneo e estriado (no campo das forças gravitacionais, por exemplo, ou na dogmática imposta por um determinado método). A busca pela verdade sempre foi um palco de disputas entre interesses políticos e econômicos, desde a ciência econômica,

¹⁸ *Ibidem*, p. 42.

que nasceu entre os moralistas escoceses e os fisiocratas franceses como uma “teoria geral dos equilíbrios”, fundamentando as desigualdades sociais e naturalizando a exploração do trabalho¹⁹, às verdades impostas pelo europeu às culturas indígenas nas Américas, processo de aculturação que gerou violências brutais nos territórios ocupados. Com os processos de urbanização e revitalização da cidade impostos pelos governantes às populações mais pobres do Rio de Janeiro e nas capitais que receberão os megaeventos não é diferente, a verdade, travestida de progresso, reaparece na história como instrumento de dominação e controle.

Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. (...) O poder não pára de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e a recompensa. No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. (Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*, 1979, p. 180).

Memórias subterrâneas e vozes indizíveis: o contrapoder dos excluídos

Em seu diálogo com Halbwachs sobre a construção da memória coletiva e seus pontos de referência, Pollak critica a estabilidade e coesão social alcançada pela memória comum que formaria a variedade dos diferentes grupos na síntese da nação: “Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva”²⁰. Ele evoca a violência simbólica desempenhada pela memória nacional, a sua estabilidade e força institucional na adesão autoritária dos grupos étnicos e culturais à ideia de nação, e toda a publicidade em torno de sua figura. É possível estabelecer um paralelo com as transformações e imposições da *ciência régia à nômade*, assim como a inevitável homogeneização dos traços de

¹⁹ NEGRI, Antonio e HARDT, M. **Multidão - Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: 2005, p. 201.

²⁰ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, 1989, p. 1.

expressão decorrentes das singularidades dos seus artesãos – a oposição entre as *máquinas de guerra*, memórias subterrâneas e rebeldes, pois que não controláveis ou potencialmente perigosas, com aquelas oficializadas pelo Estado na construção de uma nação.

Pollak critica o método durkheimiano empregado por Halbwachs, onde os fatos sociais são tratados como coisas, e a base comum das memórias coletivas passa por uma “negociação” com as memórias individuais. Halbwachs nunca se perguntou sobre os atores sociais e os processos que formariam os “suficientes pontos de contato” para a reconstrução dessa unidade, ou seja, a maneira como essas negociações são feitas e a correlação de forças por trás delas. O problema que se coloca para Pollack, ao contrário, não tem como ponto de partida a memória oficial estável propagada pelos Estados nacionais, mas as subterrâneas que os grupos minoritários ou subalternos conservam contra o poder.

“Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa”. (POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*, 1989, p. 2).

A clivagem entre memórias oficiais e subterrâneas se dá quando o excesso de memórias disseminadas pelo Estado esbarra nas pequenas histórias transmitidas oralmente de geração a geração. São as resistências mudas da história oral. Quando isso ocorre, o longo silêncio das *minorias*, entendidas aqui não pela quantidade de seus membros, mas pela condição de subalternidade a que estão submetidas, se faz ouvir dos guetos e favelas que as aprisionavam. Um exemplo foram as reformas pós-stalinistas da ex-URSS, a autocrítica oficial dos stalinistas gerou um enxame de reivindicações e afirmações culturais e étnicas que o antigo Estado soviético, unificado à força pelo Komitern, não suportou. As lembranças de deportados e clandestinos, as memórias subterrâneas suscitadas com a crise das instituições, ganharam vivacidade e força nos relatos individuais dos homens e mulheres que sofreram com o totalitarismo de Stálin, participando de uma rede de comunicação informal e nômade que enfraquece a memória oficial de um Estado.

Primo Levi diz: não nos obrigarão a tomar as vítimas por algozes. Mas o que o nazismo e os campos nos inspiram, diz ele, é bem mais ou bem menos: a vergonha de ser um homem (porque mesmo os sobreviventes precisaram compactuar, se comprometer...). Não são somente nossos Estados, é cada um de nós, cada democrata, que se acha, não responsável pelo nazismo, mas maculado por ele. (...) Eles não podem mais se olhar um ao outro, ou cada um a si mesmo, sem uma fadiga... (DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O que é a Filosofia?*, 1992, p. 139).

As resistências, enquanto *memória*, se articulam nas linhas e nos pontos de fuga *abertos* pelo poder: “pourquoi tout acte de réminiscence, fût-il le plus humble, a pu être assimilé à la résistance antitotalitaire”²¹. E a reconstituição do passado é a arma contra os despotismos da memória oficial e o solo fértil para a construção de uma sociedade nova, radicalmente democrática. Uma memória exemplar, segundo Pollack, é *libertadora* e supera os condicionamentos do passado sobre o presente, uma memória que nos lembre o quanto os regimes totalitários podem materializar “o horror de ser um homem”, ou o quanto o ser humano pode decair e ser usado como uma marionete para fins terríveis como o nazismo ou o genocídio dos jovens negros nas periferias e favelas das metrópoles brasileiras.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*, 1989, p. 3).

²¹ TODOROV, Tzvetan. *Les Abus de La Mémoire*. Paris: 1989, p. 12.

Entre o dito e o não-dito, o Estado seleciona e enquadra a memória. A luta política pela memória, pela identidade dos grupos, pressupõe a gestão do passado e o domínio sobre o presente. O movimento negro no Brasil é um exemplo. O resgate de suas memórias ancestrais e subterrâneas, o indizível de um país escravocrata que ainda explora e oprime essa população em sua maioria, é uma afronta aos poderes estabelecidos de um país que até bem pouco tempo implementava a “política de embranquecimento” idealizada pela antropologia eugenista dos órgãos oficiais²².

O Palácio de Inverno é a própria estrutura racial do biopoder. Onde não existe Estado moderno, onde não existe Palácio de Inverno a ser tomado, existe de todo modo aquele palácio de verão que é a casa do colonialista português. (...) A construção da organização revolucionária da classe operária, as lutas sindicais e políticas e, por fim, o renascimento de um projeto de democracia por parte das multidões sempre estiveram fechados neste recinto. É preciso rompê-lo. (COCCO, G. e NEGRI, A. *Glob(AL): Biopoder e luta em uma América Latina globalizada*, 2005, p. 203).

O trabalho de enquadramento da memória é sempre uma interpretação do passado em função dos combates presentes e futuros. A tensão entre as memórias oficiais e subterrâneas se prolonga numa economia do tempo. As classes dominantes geralmente apostam no “silêncio” como forma de esquecimento, este silêncio, no entanto, guarda uma violenta reação dos dominados. Quando um Estado entra em crise, quando suas estruturas são abaladas, as memórias subterrâneas emergem no cenário social com força desmedida²³. “A passagem da

²² A política de embranquecimento da população pode ser fartamente encontrada nos livros e manuais militares. Até o final da ditadura a miscigenação enquanto política oficial era vista como benéfica pelas autoridades na formação do “homo brasilis”, onde as misturas raciais características do país gerariam um indivíduo forte, alto e *embranquecido*, isto é, adequado à construção de uma nação subordinada ao modelo político-cultural europeu

²³ Uma das formas que os movimentos sociais encontraram para que essas memórias subterrâneas não fossem apagadas pela violência do Estado, foi a criação de um site (Contador de Despejos) que conta os despejos promovidos pelo governo estadual do Rio de Janeiro e a Prefeitura da cidade, em função dos megaeventos. Disponível em: <<http://www.contadordedespejos.kit.net/>>; Acessado em: 18 ago. 2012. Ou a *linha de fuga* criada por Yves Marchand e Romain Meffre na “reconstituição” da velha Detroit abalada pela desindustrialização dos EUA através de suas ruínas (The Ruin of Detroit). Disponível em: <<http://marchandmeffre.com/detroit/index.html>>. Acessado em: 18 ago. 2012.

memória à história requer que cada grupo social redefina sua identidade através da revitalização de sua própria história. A tarefa de recordar faz de cada um seu próprio historiador”²⁴.

Os rastros da memória oficial também se solidificam em monumentos e símbolos, não é à toa que na maioria das revoluções, as multidões atacam e derrubam os “edifícios do poder” – *lá onde o poder é mais intenso*. Na Guerra Civil espanhola, o povo depredou as relíquias católicas e expôs os instrumentos de tortura da inquisição nas ruas, as ferramentas do poder serviram ao ódio represado por séculos como uma forma de libertação popular. Em alguns casos mais extremos, freiras e padres mortos foram mumificados e expostos na porta das igrejas. Na Revolução Russa, os símbolos do regime czarista foram usados pelo cinema dialético de Eisenstein como uma forma de comunicação e expressão da decadência do antigo regime em contraste com a força inovadora da nova humanidade que surgia. Símbolos e monumentos sempre foram pontos de referência às memórias coletivas, seja pelo seu pertencimento ao grupo, seja pela exclusão dos grupos minoritários e dominados. Os símbolos da civilização greco-romana, da sua filosofia à complexa arquitetura do Coliseu, podem soar como um pertencimento à humanidade para um europeu ou para um latino-americano formado pela racionalidade ocidental, mas não para um aymara ou um queichua.

Apontamentos e relatos: as memórias subterrâneas

A *multidão*, a partir do enfraquecimento estrutural da democracia representativa, obstrui e desequilibra os mecanismos de controle e coesão social estatais – são *máquinas de guerra*. O contexto atual estimula a experimentação de novas relações democráticas, *tout court*, em bases *extraparlamentares*, o momento é dos movimentos sociais e dos desdobramentos ontológicos que criam a partir de suas práticas ou do resgate de suas memórias, dado que são as práticas dos movimentos que criam as bases produtivas que sustentam e geram a economia global. Multidões que agem enquanto *minorias*, que não aspiram para si um modelo de

²⁴ NORRA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. São Paulo: **Projeto História**, n. 10, 1993, p. 10

comando, mas mantém entre si relações heterogêneas, conservando as particularidades de cada movimento na unidade de um *todo* – tal qual o pertencimento dos modos singulares à substância comum em Spinoza²⁵. Trata-se antes de multiplicar os centros não estatais de decisões políticas, fazer um *rizoma* das lutas, horizontalizar o poder a ponto de torná-lo indiscernível, destituir a vontade geral como fundamento da unidade política soberana de um povo passivo e entregue à lógica eleitoral, pelas conexões cooperativas e criativas do trabalho da *multidão*²⁶. “As reformas institucionais põem à disposição as regras e os procedimentos necessários para governar uma Multidão sobre a qual não se pode mais sobrepor a fisionomia tranquilizante do Povo”²⁷.

Os lugares de memória são simples e ambíguos, naturais e artificiais, de uma só vez imediatamente disponíveis à experiência sensual concreta e suscetíveis à mais abstrata elaboração. Sem dúvida, eles são lugares nos três sentidos da palavra – material, simbólico e funcional. Até um lugar que aparentemente é apenas material, como por exemplo um arquivo, se torna um lugar de memória se a imaginação o investir de uma aura simbólica. (NORRA, Pierre.

Entre a memória e a história: a problemática dos lugares, 1993, p. 10).

O relato começa com um senhor fixando a data da entrevista: “neste momento, neste 10 de janeiro de 2010”. Ele narra que foi desprezado pela prefeitura depois de 28 anos de vida no “Palacete de Bragança”, como costuma chamar o prédio, e faz um esforço, expressado por seu silêncio, para rememorar o que foram todos esses anos. Em seguida, nos explica como a prefeitura convenceu os moradores a abandonar o prédio, admitindo estar decepcionado com a reação dos vizinhos. A maioria se rendeu aos apelos do governo municipal sem

²⁵ SPINOZA, Baruch de. *Ética: demonstrada à maneira dos geômetras*. São Paulo: 2002.

²⁶ No artigo publicado pela ADUFRJ em 04 de novembro de 2010, há uma mostra desse trabalho, onde camelôs (MUCA – Movimento Unificado dos Camelôs), estudantes e movimentos sociais organizados no grupo (Re)unindo Retalhos, em conjunto com o CACS - UFRJ, promoveram um debate para discutir projetos e políticas para os movimentos sociais que sofrem com a violência do Estado em seu cotidiano. Disponível em: <<http://www.adufrj.org.br/joomla/index.php/component/content/article/108-ultimas/4736-movimentos-populares-organizam-se-contravioencia-do-estado.html>>. Acessado em: 18 ago. 2012

²⁷ VIRNO, Paolo. *Virtuosismo e Revolução*. Rio de Janeiro: 2008, p. 139.

resistência.

A tensão entre as memórias oficiais veiculadas pela imprensa e as subterrâneas, narradas pelo morador, aparecem quando este contrasta a matéria publicada num jornal da grande mídia com a realidade das famílias que residem no local (“Nós não somos invasores como o Globo publicou, somos famílias sérias...”). A memória se vincula a lugares, enquanto a história se vincula a eventos, como nos diz Norra. É possível que a história do Bragança seja contada pelas linhas do Globo e assim seja conhecida no futuro, e não pelas palavras cuidadosas de Seu Rubens, mas é certo que a vivacidade de sua fala sobre os acontecimentos e seus *lugares de memória* nos passa muito mais “verdade”.

Em sua *fala*, os monumentos transbordam e se “deformam”, adquirindo uma história imprevista, quase tangível, da Sala Cecília Meireles aos bondes e a Pça. da Cruz Vermelha, das ruas que delimitam as fronteiras entre os bairros ao Aterro. “Onde começa a Lapa, na Igrejinha ou um pouco mais adiante, na Conde Laje?” Seus territórios afetivos nos saltam aos olhos neste momento limite em que suas paisagens se esfacelam. Seu relato se confunde com as memórias históricas e populares. Seu Rubens nos conta que o mito da malandragem, o “pessoal da navalha”, remonta às farras de Dom Pedro I: “O imperador saía de sua chácara no Elias para farrear na Lapa... Dom Pedro I deixou quase 40 filhos aqui, morreu novo, morreu no exílio, na França, com 34 anos... E foi obrigado a gritar independência ou morte naquele 07 de setembro de 1822”. A história monumental se intercala com a rotina dos nobres de Santa Tereza e dos escravos que eram obrigados a levar água e outros mantimentos sobre o pântano que hoje é o “berço da boêmia”, foi assim que a Lapa nasceu e floresceu, segundo o relato de Seu Rubens. Um *narrador*, tal qual Leskov, que ao contar suas histórias as reinventa²⁸.

²⁸ BENJAMIN, W. **Walter Benjamin – Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: 1996, p. 197.

Os Arcos, o marco zero, foram erguidos para o abastecimento da nobreza e aproveitados posteriormente como linha férrea para os bondes que o povo, antes açoitado, passou a usar como transporte. Os Arcos que são a *aura* do lugar, aquele objeto que nos é ao mesmo tempo familiar e distante. Manipulados por artistas, ponto de referência das memórias oficiais e subterrâneas, os Arcos transcendem a experiência do comum e nos remete à experiência do sagrado. Ou é a experiência comum o sagrado que procuramos?

A *fala* dos moradores do antigo Hotel Bragança nos remete ao relato das mulheres que vivenciaram os campos de concentração nazistas e revelaram o desejo, simultâneo, de regressar e testemunhar suas experiências passadas para retomar suas vidas, como descrito por Norra²⁹. Em ambos os casos, ainda que de maneiras diferentes, suas memórias e esquecimentos são formas de exorcizar o sofrimento e os traumas do passado, liberando o presente para novos possíveis, novas formas de lidar com o intolerável, experiências limites de pobreza, de torturas e humilhações. Memórias construídas a partir dos conflitos internos e externos que as moldaram, memórias individuais e coletivas, onde a fronteira entre elas se torna indiscernível.

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, W. **Walter Benjamin – Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política.** Trad. de ROUANET, Paulo Sérgio. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COCCO, Giusepe e NEGRI, Antonio. **Glob(AL): Biopoder e luta em uma América Latina globalizada.** Trad. de AGUIAR, Eliana. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

²⁹ NORRA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. São Paulo: **Projeto História**, n. 10, 1993.

COCCO, G. A cidade policêntrica e o trabalho da multidão. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 09-10, 1999.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5)**. Trad. de PÁL PELBART, Peter e CAIAFA, Janice. Rio de Janeiro: 34, 1997.

_____. **O Que é a Filosofia?** Trad. de PRADO JR., Bento e ALONSO MUÑOZ, Alberto. Rio de Janeiro: 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. de GALVÃO ERMANTINA, Maria. In São Paulo: Martins Fontes, 1999. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. Trad. de MACHADO, Roberto. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto - PUC Rio.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. **Multidão – Guerra e democracia na era do Império**. Trad. MARQUES, Clóvis. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Império**. Trad. VARGAS, Berilo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. Dispositivo Metrópole: a multidão e a metrópole. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 25-26, 1997.

NORRA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

PLATÃO. **Timeu in Diálogos**. Trad. de ALBERTO NUNES, Carlos. Belém: EDUFPA, 2001.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

TODOROV, Tzvetan. **Les Abus de La Mémoire**. Paris: Arléa, 1989.

VIRNO, Paolo. **Virtuosismo e Revolução**. Trad. de LEMOS, Paulo Andrade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.